



# Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

## 1. Informações Gerais

**Data:** 02/03/2020

**Horário:** 16h

**Local:** remota teams

### Participantes/Representantes:

Conselheiro Luiz Fernando Tomasi Keppen – Presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento;  
Dr. Marcus Lívio Gomes – Secretário Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica – SEP;  
Dr. Dorotheo Neto – Juiz Auxiliar, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;  
Dra. Dayse Starling Motta – Juíza Auxiliar, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica - SEP;  
Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;  
Sra. Juliana Mendes Gonzaga Neiva – Secretária de Comunicação Social – SCS;  
Sra. Raquel Wanderley da Cunha Chaussé - Secretária de Gestão de Pessoas – SGP;  
Dr. Carl Olav Smith - Juiz Auxiliar, Corregedoria Nacional de Justiça – CN;  
Sra. Alessandra Cristina de Jesus Teixeira – Assessora-Chefe do Gabinete da Corregedoria - CN;  
Dr. Anderson de Paiva Gabriel – Juiz Auxiliar, Gabinete da Secretaria Geral – SG;  
Dr. Johaness Eck – Diretor-Geral;  
Dr. Osair Victor de Oliveira Junior – Juiz Auxiliar, Diretoria-Geral.

### Facilitador

Sra. Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional/DGE.

### Equipe Técnica

Sr. João Paulo Guimarães da Silva – Estagiário da Seção de Planejamento Institucional

### Presentes:

Sra. Anali Cristino Figueiredo – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário - CEAJUD;  
Sr. Anderson Rubens de Oliveira Couto – Secretário de Auditoria – SAU.  
Sr. Antônio Augusto Silva Martins - Diretor Técnico, Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ;  
Sr. Antônio Carlos Stangherlin Rebelo – Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO;  
Sr. Antônio Ferreira de Melo Filho – Gerente de Projetos Institucionais, Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e de Projeto Institucional;  
Sr. Antônio Mário Lúcio de Oliveira Junior – Chefe da Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;  
Sr. Benildo Moraes Santos – Chefe da Seção de Gestão de Processos;  
Sr. Bruno Gomes Faria – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;  
Sr. Clever Lemos Nogueira – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;  
Sra. Cristina de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e de Projetos Institucionais;  
Sra. Daniele Smidt Frischknecht – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;  
Sr. Diego Corrêa Alves – Setor de Acompanhamento das Políticas de Gestão de Pessoas – SGP;  
Sr. Diogo Albuquerque Ferreira – Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;  
Sr. Fábio Lopes Fernandes Ramos - Seção de Educação Corporativa;



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Sr. Flávio Feitosa Costa – Coordenador de Apoio à Governança de TIC;  
Sr. Gabriel da Silva Oliveira – Seção de Registro e Acompanhamento Funcional;  
Sr. Getúlio Vaz - Secretário da Secretaria de Administração - SAD;  
Sr. Igor Guimarães Pedreira – Chefe da Seção de Gestão de Projetos e de Proc. de Tecnologia da Informação e Comunicação;  
Sra. Inês da Fonseca Porto – Assessora-Chefe do Gabinete de Conselheiro;  
Sra. Ivânia Ghesti – Gerente de Projetos Institucionais, Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e de Projetos Institucionais;  
Sr. João D'arc Ramos de Oliveira – Chefe da Seção de Pagamento;  
Sra. Johana Thaise Alencar Pedrosa – Seção de Passagens e Diárias;  
Sra. Juceli Maria Pinheiro de Farias – Seção de Gestão de Processos;  
Sra. Juli Alves da Silva – Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;  
Dra. Livia Cristina Marques Peres – Juiz Auxiliar, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica;  
Dr. Luís Geraldo Santana Lanfredi – Juiz Auxiliar da Presidência, Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;  
Sr. Manoelito Antonio dos Santos Junior – Seção de Benefícios;  
Sr. Marcos Paulo Marques Santos – Seção de Educação Corporativa;  
Sra. Maria Lucia Ramos Ventura Lagasse – Chefe da Seção de Registro e Acompanhamento Funcional;  
Sra. Mariana Cabral Nogueira de Sá – Chefe do Setor de Acompanhamento das Políticas de Gestão de Pessoas;  
Sra. Marina Brazil Bonani – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;  
Sra. Meg Gomes Martins de Ávila – Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;  
Sr. Nilson Marczan Lopes Barbosa – Seção de Legislação;  
Sra. Priscila Alberti Leite – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;  
Sra. Renata Chiarinelli Laurino – Chefe do Gabinete do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;  
Sra. Renata Maroja Stochiero – Chefe da Seção de Gestão Socioambiental;  
Sr. Rogério Alves Lima – Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;  
Sr. Ronaldo Araújo Pedron – Chefe de Gabinete da Ouvidoria;  
Sr. Thainá Tozze Baêta Neves – Chefe de Seção, Seção Benefícios;  
Sr. Thaislana Marina Lima dos Santos – Consultora de Políticas Judiciárias, Escritório Corporativo de Políticas Judiciária Nacional e de Projetos Institucionais;  
Sr. Thiago de Andrade Vieira – Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI;  
Sr. Thiago Eustáquio da Costa Gonçalves – Seção de Pagamento;  
Sr. Wernne Silva – Secretário de Orçamento e Finanças – SOF;

## 2. Objetivos da reunião

Apresentar os resultados do ano de 2020 e do ciclo 2015-2020; pontuar algumas ações de melhorias de projetos e indicadores; apresentar o novo planejamento para o período de 2015-2020 e os principais projetos para o ano de 2021.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 3. Pauta

- **Panorama Geral dos resultados dos indicadores e projetos institucionais – janeiro a dezembro de 2020;**
- **Desafios e ações de melhorias – indicadores e projetos;**
- **Panorama Geral dos resultados do ciclo 2015-2020;**
- **Planejamento Estratégico do CNJ 2021-2026;**
- **Principais políticas e projetos – 2021.**

### 4. Abertura

O Conselheiro Luiz Fernando Tomasi Keppen fez a abertura ressaltando a importância da continuidade do monitoramento do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e esclarecendo que é uma reunião dedicada aos magistrados, servidores e colaboradores do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, adicionalmente, pontuou os objetivos da reunião. Mencionou a dificuldade vivida em 2020 em decorrência de crise sanitária e a importância do teletrabalho e das ferramentas tecnológicas. Registrou que, de modo geral, o Conselho Nacional de Justiça soube reagir às adversidades e apresentou resultados bastante promissores. Por conseguinte, citou que dos doze objetivos estratégicos do planejamento, sete foram considerados cumpridos e cinco foram considerados parcialmente cumpridos. Ainda falou que esse resultado é muito próximo daquele apurado em 2019, ano em que as atividades transcorreram em condições normais, sendo que, naquele ano, oito objetivos foram cumpridos e quatro parcialmente cumpridos, demonstrando, assim, o esforço, empenho, dedicação e comprometimento de cada magistrado, servidor e colaborador do CNJ para superação da atual crise, pelo que os parabenizou. Destacou também a elaboração do novo Planejamento Estratégico, realizada pelo Departamento de Gestão Estratégica – DGE, desde 2019, que se dedicou à construção de um plano que unificasse as diretrizes da alta administração, dos magistrados, gestores e colaboradores dando voz ao planejamento participativo, princípio basilar desde a concepção original dos trabalhos. O Conselheiro informou que a primeira etapa foi concluída em junho de 2020, com a publicação da Resolução nº 325, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Poder Judiciário 2021-2026 e outras providências, e da Portaria nº 104, de junho de 2020, que instituiu o Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2021-2026. Informou que, nesse ano ainda de 2020, o CNJ iniciou o desdobramento das estratégias em indicadores, metas, projetos institucionais e planos de ações que darão concretude aos objetivos estratégicos e terão elementos monitorados a partir de março, deste ano, para verificação da execução do planejamento. Reiterou a importância de todos observarem as estratégias do Conselho Nacional de Justiça e pontuou a necessidade de se manter o foco na execução da Estratégia Institucional para que se cumpra, de forma exitosa, o ciclo que se inicia. Destacou a criação do Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e Projetos Institucionais – ECPP, vinculado ao DGE, em função da Portaria nº 181/2020, que objetiva fortalecer o planejamento, monitoramento e avaliação de projetos institucionais e políticas do CNJ. Esse monitoramento dos projetos institucionais será realizado pelo ECPP que atuará de forma colaborativa com a Seção de Planejamento Institucional – SEPIN. Destacou também a importância de se observar a Instrução Normativa CNJ nº 79/2020, que traz o rito de gerenciamento de projetos institucionais e, por fim, ressaltou a relevância do nosso exemplo. Em seguida observou que o Conselho Nacional de Justiça é órgão responsável pela fixação das diretrizes do planejamento estratégico do Poder Judiciário Nacional e, por tal razão, cabe a ele realizar com esmero e determinação a tarefa de elaboração e execução do próprio planejamento demonstrando, dessa forma, a importância desse instrumento de Gestão Pública.

### 5. Apresentações

Na sequência, Dr. Dorotheo Neto, Juiz Auxiliar da Secretário Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica – SEP, apresentou a agenda e passou a palavra para a Diretora do Departamento de Gestão estratégica- DGE, a Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva, que, após agradecimentos, ressaltou que, sem a participação de todos do órgão, não é possível executar um planejamento estratégico, que é uma importante ferramenta de gestão que conduz a organização para o seu foco e metas institucionais. Após, a Sra. Neuma Nunes, Chefe da Seção de Planejamento



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Institucional-SEPIN, apresentou o resultado de 2020: dos 12 objetivos estratégicos que constam no mapa, 7 foram cumpridos e 5 parcialmente cumpridos. Dos 26 indicadores: 16 foram cumpridos, 7 parcialmente cumpridos, 2 não cumpridos e 1 não mensurado. Dos 28 projetos: 15 foram concluídos, 7 cumpridos, 1 parcialmente cumprido e 5 não cumpridos. Finalizou, falando que o painel construído apresenta exatamente esses resultados e que está disponível na Intranet, na aba do Ciclo 2015-2020. A palavra foi retornada ao Dr. Dorotheo que passou a chamar as unidades DGE, SCS e SGP para falarem sobre ações de melhorias.

### 5.1.1 Departamento de Gestão Estratégica – DGE

A Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva, informou que o Projeto Elaboração de Guia com Quesitos Técnicos e Legais para as Contratações Sustentáveis, executado em 2020, teve apenas 20% de progresso, não atingindo a meta esperada. Explicou que esse projeto foi idealizado em 2019, mas, na época, a Seção Socioambiental não tinha pessoal suficiente para conduzir o projeto, e que foram feitas algumas reuniões quando foi instituído um grupo interdisciplinar com algumas unidades envolvidas para elaboração do guia. Nesse mesmo período, a seção fez um processo de revisão do próprio Planejamento de Logística Socioambiental – PLS, o qual foi implementado em 2020, o que também dificultou a continuidade do projeto. A Diretora do DGE citou, como eventos de 2020, o início da pandemia do coronavírus e a formulação do PLS 2021-2026. Por conseguinte, falou que o projeto aparecerá no Planejamento 2021-2026, mas com nova formulação, pois, provavelmente, será publicada uma nova resolução sobre a sustentabilidade do Poder Judiciário na qual se previu a utilização de guias que já existem nos órgãos públicos. A Sra. Fabiana ressaltou que o guia do Conselho Nacional de Justiça servirá de exemplo para outros órgãos e que a Seção está tendo muito cuidado na construção desse material.

### 5.1.2 Secretaria de Comunicação Social - SCS

A Sra. Juliana Mendes Gonzaga Neiva, Secretária de Comunicação Social – SCS, iniciou se apresentando e informando que teve reuniões prévias com o DGE e a sua equipe para se inteirar sobre os resultados da unidade. Sobre o Projeto *Programação*



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

*Colaborativa da Rádio CNJ*, explicou que a rádio existiu por um ano, porém, não havia previsão de renovação contratual, o que motivou o início de uma licitação no ano passado, a qual foi frustrada. Ressaltou que neste ano o projeto foi retomado e serão resolvidos os pontos que foram problemáticos no ano anterior. Falou da importância da rádio e que a empresa que ganhar deverá ter a capacidade de levar o conteúdo para todo o país a fim de multiplicar enormemente as informações do CNJ. Pontuou que se espera que o projeto já esteja concluído em dois ou três meses. Quanto ao indicador *Alcance e engajamento nas redes sociais*, abordou a queda de usuários no *Facebook* no engajamento, mas acrescentou que não é o momento para desistir da plataforma por ser ainda uma rede social muito potente. Acrescentou que o *Instagram* estagnou em seu número de usuários e que se tem observado uma mudança devido os usuários estarem utilizando mais *stories*, *tik tokers* e vídeos. Assim, desde o ano passado, a seção está reformulando o projeto da comunicação para utilização de mais vídeos. Por fim, a Sra. Juliana falou que o *LinkedIn* foi retomado. Estão sendo feitas orientações junto à equipe de comunicação para que vários eventos sejam adaptados a *posts* para fomentar o *LinkedIn*.

### 5.1.3 Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

A Sra. Raquel Wanderley da Cunha Chaussé, Secretária de Gestão de Pessoas – SGP, iniciou falando sobre a mudança de foco de alguns projetos e indicadores em virtude da pandemia do coronavírus. Sobre o *Índice da capacitação dos servidores do CNJ* informou houve aumento na oferta de vagas nas capacitações em geral, comparando com 2019, mas que se percebeu, também, uma mudança de comportamento dos servidores, em virtude da pandemia, e uma queda nas participações das capacitações. Acrescentou que, no final do ano, observou-se uma retomada nas capacitações. Então, apesar de a meta não ter sido atingida, espera-se que, em 2021, haja melhora no índice. Enfatizou que um dos objetivos da SGP é ofertar capacitações que sejam adequadas às necessidades do órgão. Citou que foi muito positiva a mudança do tipo das capacitações, como, por exemplo, as capacitações dos gestores e dos servidores nas próprias ferramentas de tecnologia, com o apoio do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI. Em relação ao



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

*Projeto de Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho*, que trata da pós aplicação da pesquisa de qualidade de vida no trabalho, informou que havia previsão de aplicar novamente no ano passado, mas devido à pandemia, não foi possível, porém, já tem previsão de aplicação nesse ano de 2021. Finalizou, informando que o *Projeto Valoriza CNJ*, que tem como proposta prever o reconhecimento e a valorização dos servidores por meio de várias ações, premiações, reconhecimento por meio de benefícios que o próprio órgão oferta, foi postergado em decorrência de outras necessidades oriundas da crise sanitária, as quais demandaram que a SGP focasse mais em ações no acompanhamento dos servidores, mas que será retomado em 2021.

### **5.1.4 Resultados do ciclo 2015-2020**

Na sequência a Sra. Neuma apresentou o resultado do ciclo 2015-2020, que foi apurado segundo a mesma metodologia dos demais anos: dos 12 objetivos estratégicos, 9 foram cumpridos e 3 foram parcialmente cumpridos. Ressaltou que o objetivo “Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento CNJ” (parcialmente cumprido) ficou muito próximo do limite estabelecido.

### **5.1.5 Novo ciclo 2021-2026**

A seguir o Dr. Dorotheo passou a palavra para a Dra. Dayse Starling Motta, Juíza Auxiliar da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP para apresentar o novo ciclo 2021-2026. Antes de abordar o tema central de sua fala, a juíza esclareceu que a apresentação das metas não cumpridas tem a intenção de analisar o passado para fazer diferente no futuro e não buscar culpados, pois esse não é o objetivo da RAE. Por conseguinte, apresentou um vídeo reflexivo sobre o tema Planejamento Estratégico. Após, enfatizou a importância do planejamento para atingimento de resultados; a dificuldade e a falta de hábito de se planejar a longo prazo; e esclareceu que nesta gestão há preocupação com o planejamento e também com a execução, com o que se gastará mais energia. Acrescentou que o CNJ é um órgão que planeja a Política Estratégica Judiciária Nacional e cobra de todas as unidades, todos os juízes e servidores e, por isso, tem que dar o exemplo. Em seguida,



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

abordou o terceiro ciclo do planejamento, 2021-2026. Explicou que o mapa estratégico do CNJ é um instrumento de planejamento construído com a participação da alta administração, dos gestores das unidades, servidores e colaboradores, que se iniciou em 2019, que norteia as ações do próprio sêxenio e que precisa ser colocado em prática. Adicionou que nos dois primeiros ciclos foram aprendidas muitas lições, o que certamente aumentou a compreensão da importância do planejamento estratégico, mas que ainda há melhorias a serem feitas. Pontuou a transitoriedade das gestões e a importância do planejamento na execução de suas ações. A seguir, apresentou a missão e a visão e explicou que para atingi-las foi feito o desdobramento em 9 temas ancorados em 18 objetivos estratégicos. Citou os temas e apresentou alguns objetivos. Na sequência, esclareceu que as informações dos objetivos expressos no mapa estratégico e na Portaria nº 104/2020, por si só não demonstram como estão sendo concretizadas e, por isso, são desdobrados em indicadores de desempenho, metas, projetos, programas institucionais, planos de ação, e exatamente, por esse motivo, as ideias se aproximam da prática e todos os integrantes da organização são chamados a se apropriar e vivenciar a execução da estratégia para que assim se alcance os resultados. Enfatizou que o estabelecimento de metas expressa o compromisso assumido com o desenvolvimento do órgão e visa direcionar os esforços e os recursos. Posteriormente, mencionou que são 40 indicadores em fase de aprovação e citou, como exemplo os indicadores das unidades da SEP. Por fim, adicionou que com a aprovação dos indicadores se inicia uma nova fase de monitoramento e avaliação da estratégia, que é quando as informações de desempenho são coletadas para análise e eventuais ajustes são promovidos. Ao término da apresentação do novo plano, Dr. Dorotheo passou a chamar a CN, a SEP, a SG e a DG para falarem sobre os principais projetos para 2021.

### 5.1.6 Corregedoria Nacional - CN

O Dr. Carl Olav Smith, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça– CN, iniciou falando do primeiro projeto, o PJeCOR, que é um sistema hospedado no CNJ e tem como objetivo que todas as corregedorias tramitem os seus expedientes dentro do PJe para que se tenha condições de auditar os processos, acompanhar, verificar e



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

dar os devidos andamentos na origem. Enfatizou que o CNJ foi criado para evitar o protecionismo local e nesse sentido o PJeCOR é essencial para o atingimento dessa meta e do objetivo da Emenda nº 45. Informou que existe a meta de autuar todos os procedimentos até 30/04/2021, complementou que o PJe não tem aceitação geral e que por isso há dificuldade em relação ao cumprimento da meta. Adicionou que hoje está implementado em 33 corregedorias das 90 existentes. Pontuou a CN tem tentado seguir o mais próximo possível o cronograma, e citou como uma etapa muito importante “Integrar o PJe Nacional com o PJeCOR e desenvolver fluxo para viabilizar a distribuição de feitos da CN para as Corregedorias por meio do PJeCOR”, pois acredita que será uma etapa que ajudará a atingir cem por cento da implantação em âmbito nacional, porque os processos que chegam no CNJ são delegados às Corregedorias locais para apuração, depois retornam, segundo Resolução nº 135, evitando a tramitação por ofício e sim por dentro do PJe. Em seguida, a Sra. Alessandra Cristina de Jesus Teixeira, Assessora-Chefe do Gabinete da Corregedoria, falou do projeto Apostil que é um dos projetos relacionados ao objetivo estratégico de aprimorar os serviços extrajudiciais. Falou que além do Apostil se tem outros grandes projetos como Agente Regulador de Operador Nacional, Registro de Imóveis Eletrônicos, o Combate ao Sub-registro Civil. Acrescentou que o Apostil tem como objetivo implementar um sistema que permita apostilamento de documentos públicos que são produzidos no Brasil e que precisam ser apresentados no exterior observando as diretrizes pactuadas na Convenção da Apostila de Haia/1961 que foi efetivamente incorporada no Brasil em 2015. Informou que em 2016, o CNJ editou a Resolução nº 228, que delega a serventias extrajudiciais a tarefa de apostilar esses documentos e que o Provimento nº 62, de 2017, da Corregedoria Nacional, uniformizou os procedimentos. Adicionou que a Apostila é um certificado que autentica a autenticidade desses documentos públicos e que o Brasil, hoje, tem mais de cinco milhões de documentos apostilados. A Sra. Alessandra falou que a meta é realizar esse apostilamento de documentos públicos, exclusivamente, por esse sistema, Apostil, até 31 de dezembro de 2021, em todas as serventias e também de compartilhar esse sistema com outros países, que são signatários da convenção e sinalizaram interesse em conhecer o sistema. Falou também que é um projeto que



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

começou em outras gestões e que houve a substituição do Sistema Eletrônico de Apostilamento – SEI-Apostil. Definiu que é um sistema mais fácil em todos esses procedimentos e que já foi apresentado na conferência, que aconteceu em março de 2020, a todos os países interessados. Falou também que, recentemente, foi instituído um grupo de trabalho para avaliar e promover o aperfeiçoamento dessa ferramenta para possibilitar que seja efetivamente implantada no Brasil todo. Nesse grupo de trabalho foi indicado criar um comitê técnico para tratar da gestão compartilhada pois o sistema foi desenvolvido em parceria com outros atores que atuam na ponta, na execução dos procedimentos. Acrescentou que o CNJ está aguardando a indicação de representantes técnicos dessas outras instituições para tratar da gestão compartilhada do sistema, da definição de outros quesitos como DataCenter, da plataforma de suporte e da manutenção do sistema Apostil. Falou, ainda, que para 2021 foram definidas etapas divididas em 5 grandes frentes: a primeira é promover com o Comitê Gestor a Apostila da Haia, a implementação do sistema Apostil no Brasil, que envolve edição de atos normativos, estudos para aperfeiçoar normas e procedimentos, realização do cadastro inicial de todos os usuários e aperfeiçoamento da nova versão do sistema; a segunda frente é aprimorar a gestão do cadastramento manutenção e atualização do sistema Apostil que será realizado com o comitê técnico; a terceira é a atualização dos normativos para incorporar essas novas versões e esses procedimentos que serão aprimoradas, atualizar Resolução nº 228 CNJ e o Provimento da Corregedoria; a quarta é a capacitação de todos os serventuários e todos os operadores; e, por fim, falou da publicização do sistema Apostil, com a interlocução do Ministério das Relações Exteriores, para receber, ainda em 2021, as delegações estrangeiras que já sinalizaram interesse. Ressaltou que a Convenção da Apostil de Haia comemora 60 anos e está previsto, para em 5 de outubro de 2021, acontecer um evento com as delegações estrangeiras.

### **5.1.7 Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica - SEP**

O Dr. Dorotheo falou do principal projeto da SEP em conjunto com a Secretaria-Geral - SG por meio do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI: o Programa Justiça 4.0 - Inovação e efetividade na realização de justiça para todos. Informou que



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

o projeto surgiu de uma grande parceria internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e que vem ao encontro e concretiza o Eixo 4 da atual gestão do CNJ. Enfatizou que o programa tem alguns objetivos primordiais, mas o principal é o Acesso à Justiça e a transformação e adesão digital. Ressaltou que o Justiça 4.0 é um conjunto de ações e projetos que pretende uma uniformidade solidária digital do Poder Judiciário Brasileiro. Mencionou que nesse grande programa, a SEP tem colocado praticamente todos os seus recursos humanos e materiais. Esclareceu que dentro do Justiça 4.0 tem um grande diagnóstico nacional digital do Poder Judiciário; a Implantação do Juízo 100% Digital; o Projeto da Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ; o Auxílio aos Tribunais na consolidação, implantação, tutoria e treinamento para higienização e utilização dos dados da base de dados processuais do Poder Judiciário, DataJud, tornando-se auxílio ao cumprimento da Resolução nº 331; a Implantação do sistema Codex que tem duas funções primordiais: alimentar o DataJud de forma automatizada e transformar, em texto puro, decisões e petições a fim de ser utilizado como insumo para o modelo de Inteligência Artificial; o Desenvolvimento de uma ferramenta de busca de ativos do Poder Judiciário, centralização de informações financeiras e codificação; e o Desenvolvimento de um novo sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA). O Dr. Dorotheo adicionou ainda que o programa Justiça 4.0 já está em curso e que houve o lançamento do programa nacionalmente na semana passada no Tribunal de Justiça no Rio Grande do Norte, virtualmente, por força da pandemia. Acrescentou que hoje começa a fase prática do projeto que são as reuniões setoriais com os ramos de Justiça e que os tribunais que aderirem ao Justiça 4.0 assinarão um acordo de cooperação com o CNJ e será feito um plano de trabalho para implementação de todos esses projetos com planejamento de ações a serem realizadas até o final de 2021 e também até o final do ano 2022. Finalizou pontuando que a SEP tem outros grandes projetos, como: o Plano de Logística Sustentável, o Observatório do Meio Ambiente, a Biblioteca Digital do CNJ, o Justiça Pesquisa, a Revista Eletrônica do CNJ - Vol. V, o CNJ Inova, o Prêmio CNJ de Qualidade, a Automação e governança que está dentro da área de Tecnologia da execução fiscal, a integração de PJe e do consumidor.gov, o Resolve Previdenciário, os Depoimentos Especiais e o LIODS. E, por fim, enfatizou a importância de procurar



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

entregar os resultados até o final exercício, mas no planejamento plurianual também há ações de longo prazo.

### 5.1.8 Secretaria-Geral - SG

O Dr. Anderson de Paiva Gabriel, Juiz Auxiliar da Secretaria Geral – SG, iniciou cumprimentando todos e reafirmou os 5 Eixos da gestão do Ministro Luiz Fux destacando o eixo 4, “Justiça 4.0 e a Promoção do acesso à Justiça Digital”. Adicionou que são inúmeros os projetos e que desde de setembro/2020 muitos deles já foram implementados e alguns começaram a ser implementados. Destacou a criação do Juízo 100% Digital e apresentou a *logo* oficial do projeto. Em seguida, abordou a Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020, que dispõe sobre o Juízo 100% digital e dá outras providências. Falou que transcorridos menos de seis meses, 27 tribunais já aderiram ao Juízo 100%, o que representa aproximadamente 30% do Poder Judiciário brasileiro e que já são mais de 1.480 unidades judiciárias atuando nos termos do “Juízo 100 % Digital”. Adicionou também a cartilha que foi feita pelo CNJ, com o intuito de difundir a iniciativa, não só dentro do judiciário, mas também para os jurisdicionados e os operadores do direito. Falou ainda da criação da ferramenta chamada de “Balcão virtual” que é uma plataforma de videoconferência instituída pela Resolução nº 372, de 12 de fevereiro de 2021, e mostrou como exemplo o Tribunal de Justiça do Mato Grosso que já implementou em seu site um portal para o Balcão virtual, que permitirá uma comunicação direta entre a secretaria das unidades judiciárias e o advogado e mesmo com o cidadão. Ressaltou que com essa transformação digital, que está sendo orquestrada pelo CNJ, não será preciso se dirigir até um fórum, um cartório, se abstendo do deslocamento. Citou outras resoluções que promovem o acesso à Justiça Digital e a Justiça 4.0: Resolução CNJ nº 335/2020, que Institui a PDPJ-Br, Resolução CNJ nº 337/2020, que dispõe da videoconferência no Poder Judiciário; Resolução CNJ nº 341/2020, que permite a disponibilização de salas de Videoconferência nos Tribunais para aqueles que tenham dificuldade em acessar de suas casas ou por *link* acessar videoconferências ou audiências; Resolução nº 354/2020 que permitiu o cumprimento digital de ato processual pessoal, que neste sentido revoluciona e contribui sobremaneira para



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

duração razoável dos processos ao praticamente levar à extinção as cartas precatórias permitindo que o juízo em uma audiência una colha a oitiva de todos os envolvidos; a Resolução CNJ nº 357/2020 que permitiu a realização de audiências de custódia por videoconferência quando não for possível a sua realização de forma presencial em 24 horas; e a Resolução nº 358/2020 que regulamenta as ODR's, fomentando a resolução consensual dos conflitos dentro de uma perspectiva de que o judiciário deve ser mais uma porta mas não necessariamente a primeira. Falou novamente da Resolução nº 337/2020; da Resolução nº 341/2020; da Resolução nº 357/2020; da Resolução 354/2020, destacando que as cartas precatórias estão fadadas à extinção e enfatizando o art. 4, § 2º. Salientou a Resolução nº 335/2020, da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileira – PDPJ-Br e aproveitou para mostrar publicação no portal CNJ sobre a aprovação dessa resolução e também sobre o primeiro módulo que foi integrado à plataforma digital do Poder Judiciário. Esclareceu que esse módulo tende a se assemelhar aos *stories* dos celulares, permitindo que cada tribunal customize, exporte e importe melhores práticas. Citou a Resolução nº 358/2020, que dá prazo de 18 meses para que sejam implementados sistemas denominados SIREC. E, por fim, o Juiz Auxiliar, destacou como iniciativa vinculada à Secretaria-Geral, o Observatório dos Direitos Humanos que dá voz à sociedade para garantir direitos e aproximar o Poder Judiciário da sociedade civil, apresentando também a *logo* oficial do Observatório dos Direitos Humanos e uma série de propostas que já foram feitas para aperfeiçoar a prestação jurisdicional, entre elas: fomento à Justiça Itinerante, Grupo de Trabalho para o controle e a qualificação das empresas de segurança privada, Implantação do Plano Nacional de Atenção à Vítima, Audiência de custódia por videoconferência, Implantação do plano Nacional de Atenção à Vítima, Implantação de cotas raciais, Suspensão de desocupações de imóveis no contexto da covid-19.

### 5.1.9 Diretoria-Geral - DG

O Dr. Johaness Eck, Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça lembrou que a DG existe para apoiar todas as áreas do CNJ no cumprimento de suas missões institucionais. Adicionou que a diretoria existe para criar um ambiente qualificado para



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

o exercício dessas ações e também para mobilizar recursos que tornem possíveis a execução das políticas e dos projetos. Em seguida, listou 5 principais ações da diretoria: primeira, a Gestão para aquisição da sede do CNJ que é a continuação das tratativas que o órgão vem mantendo com o Ministério da Economia para essa aquisição por meio de permuta que pode ser acionado pela Secretaria do Patrimônio da União; segundo, o apoio à fiscalização de contratos. O Dr. Johanness mencionou que há muitas unidades dentro do CNJ que lidam com contratos, preparam documentos para licitações, e, nesse ponto ressaltou a necessidade de suprir a falta de pessoal. Adicionou que não é de responsabilidade das áreas finalísticas tratar de questões administrativas e, assim, a DG está trabalhando para fazer contratos e mobilizar pessoas para ajudar as áreas nas fiscalizações administrativa dos contratos. Mencionou que o plano é ter esse apoio no final do mês de abril e começo do mês de maio; terceiro, a Gestão das aquisições que é aprimorar os controles do processo de aquisição. Falou que no ano passado houve uma nova Instrução Normativa para aquisições, revisão do manual de aquisições e foi elaborado um novo formato para o plano anual de aquisições aprovado na nova gestão com a participação da SEP e SG, o que permitirá melhorar a gestão de contratos e a gestão orçamentária. Adicionou também que, em fevereiro, foi finalizado um B.I. que será apresentado a partir da próxima semana para as unidades do CNJ, o qual ajudará todas as áreas que fazem aquisições a planejá-las e cumprir prazos. Esse instrumento será colocado à disposição da própria diretoria e de outras unidades para fazer uma gestão mais qualificada das aquisições; sobre a quarta, a Avaliação de Governança do TCU, informou que o TCU fará novamente a avaliação da governança do CNJ no mês de maio. Falou que a DG está se preparando e compartilhou essa informação com outras unidades para avaliação; sobre a quinta e última, a Reformulação do Portal da Transparência, noticiou que a DG pretende simplificar e tornar mais fácil o acesso às informações da área administrativa do CNJ. Relatou que foi realizada avaliação preliminar e na sequência serão feitas tratativas com a SCS. Em seguida, complementou que o CNJ tem uma série de iniciativas que são levadas no âmbito da Secretaria de Administração – SAD, Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP. Por conseguinte, o Dr. Osair Victor de



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Olveira Junior, Juiz Auxiliar, Secretaria-Geral – SG, cumprimentou a todos presentes e ressaltou que a Reunião de Análise da Estratégia - RAE é importante para o conhecimento de tudo que acontece no CNJ e que é uma boa forma de se atualizar e conhecer, sobretudo para Diretoria-Geral, que é responsável pelo apoio logístico e técnico. Logo em seguida, agradeceu o Dr. Dorotheo, a Dra. Dayse Starling, a Sra. Fabiana Andrade, Sra. Neuma Cristina, o Sr. Adilson e a todos que dão apoio e ajudam constantemente para fazer do planejamento do CNJ um planejamento modelo.

### 6. Considerações Finais

Encerradas as apresentações, Dr. Dorotheo Neto, Juiz Auxiliar da Presidência, encerrou a primeira Reunião de Análise da Estratégia – ERA, agradeceu a todos pela presença e empenho e também agradeceu em nome do Dr. Marcus Lívio. Ressaltou que a partir do momento que a Alta Administração escolhe esse modelo de planejamento, o CNJ tem que desempenhar o trabalho e fazer os ajustes, quando necessários, para melhorar.